

# 1

## Introdução – Uma Fênix Tupiniquim

“Fracassei em tudo que tentei na vida.  
Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui.  
Tentei salvar os índios, não consegui.  
Tentei fazer uma universidade séria e fracassei.  
Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei.  
Mas os fracassos são minhas vitórias.  
Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu”  
(Darcy Ribeiro)

As palavras do mestre Darcy Ribeiro me dão força neste momento e com elas resolvi abrir essas reflexões sobre populações em situação de subalternidade (teatro do poder) e o Teatro contrahegemônico (Teatro do Oprimido), instrumento de um povo em resistência social diante de todas as formas de silenciamento possível.

A mesma censura se atualizou e se repetiu na hora de submeter a proposta deste estudo aos órgãos oficiais correlatos, tais como a Fundação Nacional do Índio e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que seguem em lento processo de análise do protocolo de pesquisa. Assim o que se apresentará aqui trata-se da parte teórica do estudo e de memórias de uma primeira aproximação ao campo, que são anteriores ao ingresso do pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, da pesquisa bibliográfica e documental e do levantamento realizado e subseqüentes aproximações ao campo de pesquisa realizados até o momento da defesa.

Nada há de mais óbvio do que afirmar que os povos indígenas em nosso país sofrem um acelerado processo de criminalização de suas formas de resistência social por parte do Estado-Nação moderno. Movimentos sociais, povos indígenas, afro-descendentes, quilombolas, pobres, moradores de rua e negros das favelas, guetos e periferias, indivíduos e coletivos comprometidos com o enfrentamento da questão social, sofrem contínuas violências e ainda

hoje continuam a serem mortos em nosso país. O que se tem visto cada vez mais é um Estado-Nação que reafirma a tutela e coloca esses sujeitos em posição de objetos, subalternos, tanto nas pesquisas acadêmicas, quanto em políticas públicas nacionais depositárias, onde suas vozes são sufocadas e impera um discurso politicamente correto por parte dos opressores de sempre.

Dessa forma, falar dos povos indígenas em sua relação com o Estado Nação moderno no Brasil hoje toca em falarmos de resistência social, de identidade, território, territorialidade, memória, experiência e também dominação e subalternidade.

O resultado desse trabalho fica, pois, carente da aplicação dos instrumentos principais desta pesquisa (uma oficina investigativa de Teatro do Oprimido) com as mulheres indígenas Tupiniquim, na impossibilidade de prosseguir com a lentidão dos órgãos oficiais na análise dos protocolos de pesquisa. Assim, as palavras do antropólogo Darcy Ribeiro, um dos nossos maiores indigenistas, e um dos maiores pensadores contemporâneos, também fala nesses versos de resistência social e traduz os sentimentos e a posição do pesquisador. Seu desabafo serve de epígrafe a este trabalho, por razões também óbvias.

Na metodologia do Teatro do Oprimido de Augusto Boal mostramos uma situação de fracasso do oprimido diante do opressor, diante de uma situação de opressão. Esse conflito gerado por uma luta desigual gera a Crise, que Augusto Boal nomeou por “Crise Chinesa”, pois no ideograma chinês de crise está, além do significado de “perigo”, também o de “oportunidade”. A Crise Chinesa nos possibilita o fórum, o debate, a intervenção, a ruptura com a situação de plateia-objeto e a elevação a sujeitos em potencial, como dizia Augusto Boal, não mais espectadores e sim espect.-atores, atuantes, ativos, transformadores. Somos convidados a entrar em cena e substituir o oprimido, mostrando nossa ideia em ação. Um teatro que Bertolt Brecht apenas sonhou, Boal pôs em prática durante décadas de existência sua descoberta teatral.

Assim falar de resistência social entre os agentes sociais do povo Tupiniquim implica falar do renascimento da ontologia do ser indígena (sujeito) e utilizamos aqui a imagem mitológica da Fênix.

Uma ave fabulosa de penas douradas, de extraordinários poderes, capaz de carregar fardos absurdamente pesados como um elefante, por um período longo de tempo. Essa ave cantada pelos gregos, de origem egípcia e etíope, sentindo a proximidade da morte deita-se em seu ninho e se incendeia. Das cinzas sobram as cinzas e dessas, inacreditavelmente, ressurgem em esplendor. A fênix é o símbolo da plena imortalidade (Grimal, 2000). Entre os árabes vivia durante séculos no deserto. Para os turcos seu nome é Kerkés ou Simorgh. Simboliza ao mesmo tempo a destruição e a recriação (Ciriot, 2005). Os egípcios a chamavam de Benu ou Boine, representada primeiro pelo pássaro lavandisca, depois a águia e o falcão com cabeça de garça (Becker, 1999).

[ . . . ] A fênix evoca o fogo criador e destruidor, no qual o mundo tem a sua origem e ao qual deverá o seu fim, ela é como um substituto de Xiva e Orfeu [ . . . ] Entre os cristãos será, a partir de Orígenes, considerado um pássaro sagrado e símbolo de uma vontade irresistível de sobreviver, bem como da ressurreição e do triunfo da vida sobre a morte. (Chavalier & Gheerbrant, 1990, p. 422)

A metáfora da fênix me parece a mais apropriada forma de descrever o processo de “R-existência”<sup>1</sup> do povo Tupiniquim. Em especial, no estado do Espírito Santo (ES), dois povos (Tupiniquim e Guarani-Mbyá) habitam um território comum, porém criam territorialidades distintas, pois cambiantes são de solidariedade, penhor máximo de uma cultura que respeita o outro e a vida.

Essa fênix de que falo não bate asas em terras gregas, mas capixabas, pois é no território do município de Aracruz-ES que habita ainda hoje o povo Tupiniquim e desde tempos imemoriais. Vindo em caminhadas em busca do paraíso, a “Terra Sem Males”, lugar designado por seu Deus Yanderú para viverem, chegaram nesse mesmo território à beira mar os Guarani-Mbyá e ali foram recebidos com carinho pelos Tupiniquim, um povo generoso que sempre abre suas portas e nos mostra sua cultura como se fôssemos um parente bem próximo. Habita esse mesmo território a empresa Fíbria (anterior Aracruz Celulose) que lhes roubara o território há mais de 44 anos, devastando a Mata Atlântica e implantando um deserto verde de eucaliptos.

<sup>1</sup> - Expressão de Gilsa Helena Barcellos apropriada do geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves. Barcellos (2009: p. 21) citando Porto-Gonçalves (2006b) nos diz que se “[ . . . ] sugere uma relação entre resistência e existência: ‘mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage simplesmente a ação alheia, mas sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo R-Existo’ (Ibidem, p. 165)

São desses indígenas (Tupiniquim) que trataremos aqui na iminência da construção do 1º Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) indígena de Aracruz-ES.

Esta pesquisa nasce, pois, como um desejo profundo de conhecer de perto uma cultura única em todo o mundo. Um povo que “R-existe” em sua cultura através de variadas formas de resistência social, mantendo elementos de sua identidade e sua territorialidade tradicional, mesmo diante das acusações de não serem índios, por se encontrarem aí elementos da modernidade e da contemporaneidade.

A questão que essa pesquisa busca conhecer é: como se constrói o sentido de pertença e como é possível realizar intervenção social entre os Tupiniquim utilizando o teatro como forma de intervenção social?

Comecei a me interessar pelo tema no ano de 2006, através de minha formação com o Teatro do Oprimido, quando fui convidado junto com a curinga (multiplicadora da metodologia) W. P. S, para oferecer uma oficina de Teatro do Oprimido no “I Encontro das Mulheres Indígenas Tupiniquim e Guarani”, ainda no auge das lutas pela terra, antes da re-conquista histórica desses povos, no ano de 2007, quando o ministro Márcio Thomas Bastos assinou a homologação de demarcação das terras indígenas no ES, sob forte pressão local, nacional e internacional, por parte desses indígenas e das redes que se formaram com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a “Rede Alerta Contra o Deserto Verde” (que congrega diversas organizações em luta contra a monocultura do eucalipto e seus impactos desastrosos sobre comunidades indígenas, quilombolas, camponeses etc), o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), a Pastoral Indigenista, a Federação de Apoio Social e Educacional aos Movimentos Sociais (Fase), e de diversos outros atores, como o Greenpeace e a OEA (Organização dos Estados Americanos). Foi realizada publicação no Diário Oficial no dia 28 de agosto de 2007 de portaria declaratória reconhecendo 18 027 hectares como área indígena Tupiniquim e Guarani-Mbyá, no município de Aracruz, litoral norte do estado do ES.

Durante o “I Encontro das Mulheres Indígenas Tupiniquim e Guarani” pude observar a força desses povos que, massacrados há mais de 511 anos, vem se

reinventando, recriando e renascendo das cinzas de uma destruição ocasionada pela mão e pela “racionalidade colonialista”<sup>2</sup> em tempos diversos, que nega-lhe sua alteridade e a dignidade enquanto povo, nação, uma “comunidade imaginada”, no dizer de Benedict Anderson. Uma relação destruidora da história desses povos, sua cosmogonia, suas identidades e territorialidades, violentando-os em seus conteúdos materiais e simbólicos, para daí expropriar-lhes seu território.

Para muitas mulheres indígenas ali presentes no Encontro, era a primeira vez que estavam falando em público, tendo suas vozes reconhecidas e ecoadas entre o que sobrou de suas aldeias em meio a imensidões de eucaliptos, plantados pela empresa Aracruz Celulose (atual Fíbria) em terras capixabas.

Esse I Encontro das mulheres aconteceu na aldeia “Pau Brasil”, do qual participei ainda na condição de estagiário do curso de Serviço Social da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), com a assistente social, curinga do Teatro do Oprimido e militante do MST, W. P. S., em observação e colaboração, aplicando jogos, exercícios do Teatro do Oprimido, e auxiliando-as na criação de embriões de cenas de Teatro Fórum.

O Encontro foi dirigido por e para elas, desde a constituição das mesas, oficinas (Teatro do Oprimido, Saúde Popular, Geração de Renda, entre outras), debates e encaminhamentos. E isso não aconteceu magicamente, antes, foi fruto de um amadurecimento político que só foi possível com a cooperação e o diálogo com outros movimentos sociais e organizações.

Há aí a criação de novos aspectos culturais entre os indígenas que resulta na produção de um conhecimento não-acadêmico (Escobar, 2004), mais dialógico, e, por consequência inclusivo, onde as mulheres, antes postas em silêncio e em uma posição subalterna em relação aos homens, assumem novas posições na vida política das aldeias Tupiniquim.

A organização das mulheres Tupiniquim é uma das marcas mais importantes nesse processo de luta pela terra, e foi estudada detalhadamente pela militante e pesquisadora dr. Gilsa Helena Barcellos em sua tese de

---

<sup>2</sup> Expressão do sociólogo Boaventura de Souza Santos que desenvolveremos neste trabalho.

doutorado em Geografia (UFMG), sob o título “Desterritorialização e R-existência Tupiniquim: Mulheres Indígenas e o Complexo Agroindustrial da Aracruz Celulose”. Este estudo de Barcellos (2008) foi aqui relacionado com a discussão sobre subalternidade (capítulo 2: “Os Subalternos em Questão: descrevendo-os em seu território”).

No ano de 2008 a assistente social W. P. S., e o autor deste estudo levaram duas mulheres indígenas da aldeia de Caieiras Velhas ao Centro de Teatro do Oprimido (CTO) no Rio de Janeiro, para participarem de uma oficina de Teatro Fórum com os criadores do método. Foi a primeira vez que teve contato com a metodologia sendo ministrada por seus criadores, os curingas forma dos por Augusto Boal.

Em outubro de 2010, tendo já iniciado os estudos no mestrado de Serviço Social da PUC-Rio, o pré-projeto tinha originalmente o título “Quarenta Anos no Deserto Verde: identidade e resistência das comunidades indígenas Tupiniquim e Guarani de Aracruz-ES (1967-2007)”, e em andamento com as disciplinas obrigatórias e eletivas, recebeu convite das lideranças juvenis Tupiniquim para participar junto com eles do “IV Seminário Cultural dos Jovens Indígenas do Regional Leste”, na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro (Buererama – sul da Bahia - BA), região onde o “Deserto Verde” avança sobre os indígenas Pataxó, Pataxó hã-hã-hãe e os Tupinambá, bem como posseiros e fazendeiros, tendo matado cerca de 20 indígenas até o momento na região.

As lideranças e o movimento indígena são criminalizados pelo Estado e a Polícia Federal violenta as aldeias desse território indígena na BA. Na ocasião do Encontro viajei junto com os jovens Tupiniquim e participei do encontro com a agência do grupo. Antes de seguir para o sul da BA, pude realizar algumas observações preliminares na Aldeia Tupiniquim Caieiras Velhas, o que nos ajudou a definir o objeto com maior precisão. Observações essas relatadas em diário de campo e que compõe a metodologia deste trabalho.

Voltei à Caieiras Velhas duas semanas depois, nos dias 31 de outubro, 1º e 2 de novembro, a convite das lideranças e da família de dona A., anciã da aldeia, avó de R. (liderança juvenil de Caieiras Velhas e representante da APOINME – Associação para a Organização dos Povos Indígenas do Nordeste,

Minas Gerais e Espírito Santo), para acompanhar a “Festa da Puxada do Mastro”. Na ocasião choveu intensamente e a festividade tradicional do calendário das aldeias não aconteceu, porém fui convidado pela família para ir até o cemitério com eles no “Dia de Finados” do calendário cristão. Na ocasião realizei observação e a pedido da família gravei todo o percurso com falas significativas de dona H. e dona A. (anciãs e lideranças da aldeia), sobre os que faleceram, os mais velhos, o desejo e a necessidade de um cemitério indígena na terra reconquistada onde possam enterrar seus mortos.

Em 2011 fui novamente convidado pelas lideranças juvenis, na figura de R. (neto de dona A.) para participar da “Festa do Dia do Índio” em Caieiras Velhas. Essa festividade é aberta para as pessoas que não são moradores da aldeia, vindo gente de longe, parentes, amigos, companheiros. É um momento de celebração das aldeias. Dessa festividade observei alguns dos mais importantes gestos, falas e atos de resistência social (Scott, 2004) para este estudo. Mesmo dando o nome de etnografias, a intencionalidade não segue a linha de um estudo antropológico *stricto sensu*.

A pedido do técnico de saúde da aldeia registrei toda a “Festa do Dia do Índio” e fizemos um banco de imagens no computador de sua casa.

Na ocasião, então, retomando as pertencas que vim construindo desde 2006, me ofereci para a realização de uma oficina de Teatro do Oprimido para um grupo de mulheres na aldeia. Para a realização desta oficina aguardamos parecer da CONEP e da FUNAI.

O **objeto teórico** deste estudo, portanto, é a intervenção teatral como forma de intervenção social, recuperando, assim, uma discussão já iniciada no Serviço Social<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Em uma busca simplificada encontramos pesquisas sobre o uso do Teatro como ferramenta de intervenção e reflexão social no Serviço Social, desde a constituição da profissão mesma, com Mary Richmond, que estudava Shakespeare em suas aulas na universidade, nos primórdios da constituição da profissão nos Estados Unidos, até a atualidade, com a dr. Beatriz Pinto Venâncio (professora de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense), em seu estudo do mestrado em Serviço Social (PUC-RJ, 1985), onde investiga a relação entre Serviço Social e Teatro, a partir da metodologia dialógica, do método fenomenológico. O objeto da dissertação de Beatriz Pinto Venâncio (PUC-RJ, 1985) é o estudo da experiência de um grupo teatral de empregadas domésticas e seus impactos existenciais e sociais sobre a consciência dos sujeitos partícipes e envolvidos. Apesar de não ser esta a perspectiva do autor do atual estudo, consideramos que, tendo em vista a metodologia dialógica, o método fenomenológico e o objeto empírico “Estudo da

O **objeto empírico**, as intervenções teatrais que o autor deste e estudo dentro da aldeia indígena Tupiniquim Caieiras Velhas, Aracruz – ES, na atualidade (2006-2011).

O **objetivo** conhecer e descrever os elementos constitutivos dos movimentos de resistência social de grupos humanos em situação de subalternidade e vulnerabilidade para contribuir com formas de intervenção social para a preservação das culturas tradicionais e seu fortalecimento enquanto povo indígena.

Os **agentes sociais** da pesquisa foram definidos a partir das observações preliminares no campo de pesquisa e da leitura do antropólogo norte-americano James Scott, levando a seguinte divisão: **dominadores** (portadores das culturas não-indígenas que tentam se impor ao grupo de moradores de Caieiras Velhas encontrando resistência – no momento atual: algumas igrejas fundamentalistas cristãs) x **subalternos** (dentro da comunidade de moradores de Caieiras Velhas, destaque para os grupos mais vulneráveis, que são: os idosos, as crianças e as mulheres). Realizamos uma breve descrição dos subalternos em seu território a partir de alguns assuntos a serem confirmados, aprofundados ou refutados na fase da pesquisa de campo a partir de aproximações ao campo de pesquisa que realizei no ano de 2010.

Tendo em vista essas explicações preliminares, entendemos que o tempo e o espaço desta pesquisa começam muito antes da seleção para o mestrado. Eles foram sendo definidos pela seguinte cronologia do evento: 2006 (Oficina de um dia); 2008 (Teatro no Rio de Janeiro em três dias); 2010 (Encontro de Juventude em duas semanas); 2011 (Celebração do Dia do Índio em cinco dias).

---

experiência de um grupo teatral de empregadas domésticas e seus impactos existenciais sobre a consciência dos sujeitos partícipes e envolvidos”), a opção teórico-metodológica adotada por Venâncio (1985) é de tal forma coerente e adequada ao contexto que analisa, porque a metodologia busca, através do diálogo, questionar e compreender a profundidade das emoções e sentimentos da pessoa-sujeito, enquanto “ser-no-mundo”, e desses nas relações sociais (Venâncio, 1985); o método privilegia ainda a análise do discurso e a valorização da experiência dos sujeitos, provocando, intencionalmente, uma reflexão sobre o vivido (Venâncio, 1985) e as múltiplas significações que os sujeitos envolvidos atribuem à transformação social que o teatro opera em seu ser e sua ação no mundo (consciência, desvelamento, intencionalidade, ação). Também estão registrados os estudos sobre Teatro e Serviço Social, Teatro do Oprimido e Serviço Social na perspectiva do movimento de ruptura e reconceitualização do Serviço Social, no método crítico-dialético, a nível de graduação, de Fernanda Guidorizzi, Giovani Antônio Sherer e William Berger ( “Teatro do Oprimido e Serviço Social: um diálogo de Saberes”. Departamento de Serviço Social. UFES, 2008. Autor do presente estudo).

As categorias aqui utilizadas advêm das áreas da Antropologia, Sociologia, Geografia e Artes Cênicas. São elas : (1) Teatro do poder (James Scott, Roberto DaMatta, Clyfford Geertz e Erving Goffman). (2) Teatro do Oprimido e Estética do Oprimido (Augusto Boal); (3) Identidade (Manuela Carneiro da Cunha, Manuel Castells, Stuart Hall e Zygmunt Bauman); (4) Lugar/Territorialidade/Território (Yi Fu Tuan, Claude Raffestin, Rogério Haesbaert e Milton Santos; (5) Memória/experiência (Walter Benjamin, Carlos Rodrigues Brandão e Ecléa Bosi); e ainda Racionalidade Colonialista (Boaventura de Souza Santos). Algumas dessas categorias foram associadas às cinco categorias de jogos e exercícios do Teatro do Oprimido: 1. Sentir tudo o que se toca; 2. Escutar Tudo o que se ouve; 3. Ativando os vários sentidos; 4. Ver tudo o que se olha; e 5. Memória dos sentidos.

No capítulo da metodologia elencamos procedimentos com base na “observação participante”, na “pesquisa bibliográfica”, na “pesquisa documental” e no “levantamento” para a realização de uma posterior Oficina Investigativa de Teatro do Oprimido com as mulheres Tupiniquim. Seguindo a visão teatral que informa esse estudo, nomeamos esses procedimentos metodológicos a partir de James Scott como: “gestos, falas e atos de resistência social” em Caieiras Velhas.

Não pretendemos, dessa forma, esgotar o assunto, mas dar uma contribuição para se pensar categorias e metodologias emergentes para o estudo e a intervenção no Serviço Social, que contribuam de forma significativa para os temas e as demandas que se apresentam na contemporaneidade, como a questão indígena e a implementação de ações emancipatórias que franqueiem voz a esses sujeitos e de políticas públicas que de fato resgatem a alteridade e a dignidade desses povos na direção da garantia e ampliação de seus direitos.